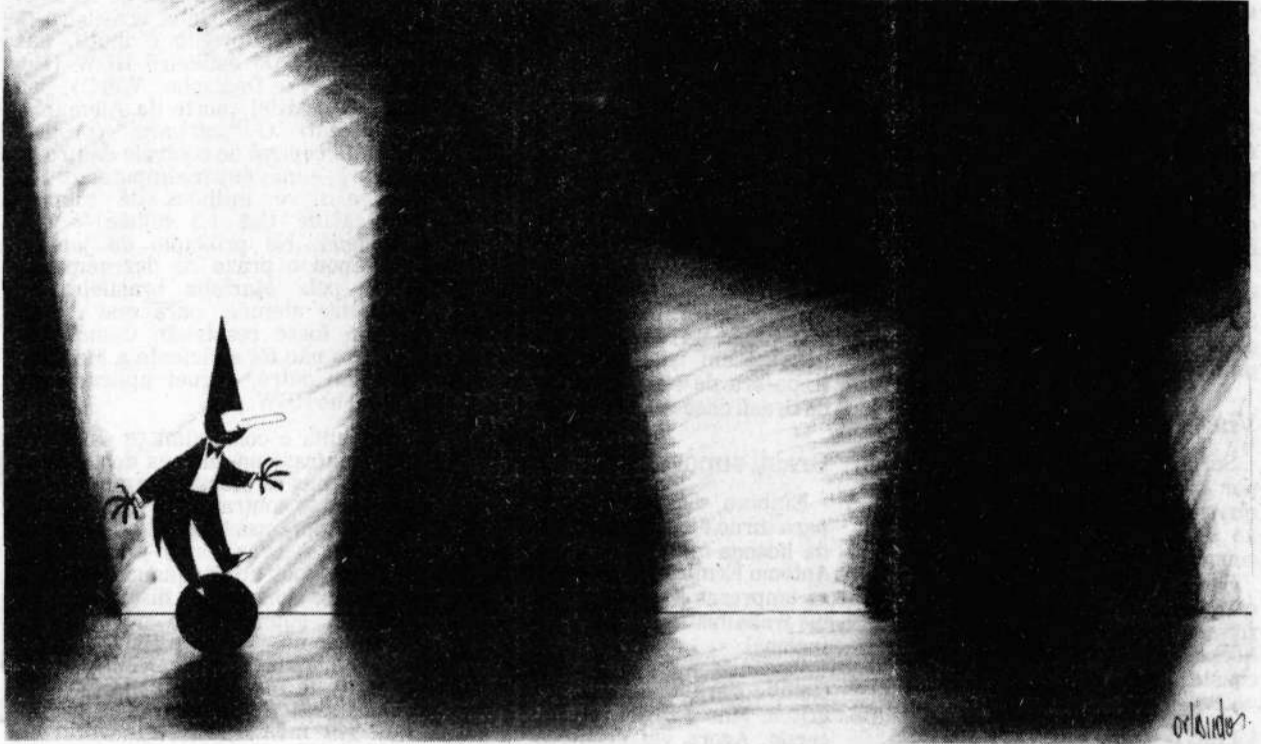


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A tirania do curto prazo

BOLIVAR LAMOUNIER



A pergunta da Folha

Você acha que o Brasil está vivendo o início de um período histórico de estabilidade democrática?

Como diria porém o conselheiro Acácio, só se chega ao longo prazo depois de passar pelo curto; e o curto prazo brasileiro é evidentemente uma crise já perfeitamente configurada, cujo desfecho poderá ser um retrocesso político e econômico de proporções gravíssimas. A perplexidade que estamos atravessando deve-se a muitos fatores distintos. O mais urgente e palpável é a discrepância entre as dimensões da escalada inflacionária e a fragilidade do mecanismo político de que dispomos para enfrentá-la. Corroído desde o início pelas ambiguidades do nosso processo de transição, debilitado pelo fracasso do Plano Cruzado na mesma proporção do prestígio que grangeara durante o seu efêmero sucesso, o governo do presidente Sarney desassissadamente empenhou suas penúltimas reservas de autoridade na luta pelo quinto ano de

mandato. O resultado foi um enfraquecimento ainda mais acentuado, com o agravante de que a aprovação do quinto ano reduziu perigosamente a flexibilidade do sistema político para impedir que a crise econômica se converta eventualmente em crise institucional.

Debelar o surto inflacionário e gradualmente refazer as condições indispensáveis à retomada do crescimento são, pois, as responsabilidades que pesam sobre o atual governo. Feito isso, o país terá de compensar no mais breve prazo possível os retrocessos já ocorridos no que diz respeito à distribuição da renda, às condições gerais de bem-estar, à reforma do aparelho do Estado, e assim por diante.

Do ponto de vista político-institucional, a entrada em vigor da nova Constituição e a próxima realização das eleições municipais deverão

produzir efeitos psicológicos salutares, independentemente do juízo que se faça sobre o novo texto ou de quais sejam os eleitos.

Estamos, pois, no limiar de um período de estabilidade democrática? Ou, ao contrário, às portas de um retrocesso iminente? A resposta mais correta parece ser que estamos em uma zona de turbulência, que pode fortalecer tendências anti-democráticas, mas também pode estimular as diferentes forças políticas e a sociedade civil a produzirem os indispensáveis anti-corpos. Por pior que seja o cenário de curto prazo, é preciso admitir que a sociedade brasileira tem hoje um potencial democrático muito mais elevado do que há quarenta anos, quando iniciávamos o regime de 1964. No mínimo, já aprendemos que a estabilidade não é um estado natural e definitivo de nenhuma sociedade. É, como certa vez disse Tancredo Neves, esquiva conquista da razão política.

BOLIVAR LAMOUNIER, 45, é professor de Ciência Política da PUC-SP e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp).

A previsão do evitável

FÁBIO KONDER COMPARATO

to econômico foi inferior a 4%. A partir de 1980, no entanto, a nossa média de aumento anual do PNB não chega a 4% e a produção industrial cresce em ritmo ainda menor.

Durante os quatro decênios de elevado incremento da produção nacional, o perfil sócio-econômico da população alterou-se radicalmente. Eramos em 1940 um país predominantemente agrícola: 66% dos brasileiros viviam no campo e o setor primário respondia por mais de um quarto do produto interno líquido. Em 1980, apenas 30% da população é agrária e a contribuição da agricultura à formação do PIL baixa para 13%.

As classes médias urbanas — nelas incluída uma faixa crescente do operariado industrial — tornaram-se um agente político da maior importância, pelo peso relativo que emprestaram à formação da opinião pública, não só em período eleitoral, como ainda no apoio ou resistência manifestados à política econômica dos sucessivos governos.

Foi o Estado, como ressaltou Celso Furtado em recente artigo nesta seção, o grande impulsionador dessa transformação social, pelo decidido e constante apoio dado à industrialização; quer favorecendo o investimento privado pelo jogo combinado das políticas tributária, cambial e creditícia, quer investindo ele próprio, maciçamente, nos setores de infra-estrutura. Para que o Estado desempenhasse esse papel motor, no entanto, foi preciso, em meio ao percurso, modernizar substancialmente as estruturas. Inaugurado o regime militar, em 1964, procedeu-se

à reorganização do sistema financeiro (o Brasil não tinha Banco Central até o início de 1965!), do mercado de capitais e do sistema tributário.

Deixou-se, no entanto, de cuidar, segundo a índole antidemocrática do regime, dos enormes dejetos humanos da industrialização (a crescente população marginalizada de nossas cidades) e das massas rurais expulsas dos antigos domínios agrícolas pela invasora exploração empresarial. Os que foram se acumulando às portas da casa grande passaram a formar 60% do povo brasileiro, ou seja, mais de 70 milhões de pessoas em condições de estrita miséria.

A queda sensível e persistente no ritmo de crescimento econômico, nos últimos oito anos, cujas causas, é bom frisar, nada têm a ver com a retirada oficial dos militares do prosênio político, tornaram ainda mais sombrio esse quadro de desequilíbrios econômicos e de desagregação social, ao qual se liga, umbilicalmente, o descontrole inflacionário. Para culminar nossos males, o pouco da poupança nacional ainda extraído desse reduzido excedente de produção passou a ser em grande parte desviado de investimentos, em razão do pagamento dos juros da dívida externa.

A persistir esse estado de coisas, é altamente improvável que o grosso de nossa população e, em especial, os setores mais influentes na formação da opinião pública, venham a manifestar algum entusiasmo na defesa da normalidade constitucional. Muito ao contrário, é quase certo que as classes médias, tão beneficiadas pela industrialização e

o crescimento econômico acelerado, considerem o regime pós-militar como o grande responsável pelo seu atual empobrecimento e acolham com indiferença, senão com agrado, a instauração de novo autoritarismo.

A nova Constituição criará condições para que se impeça esse curso previsível dos acontecimentos?

Penso que não. Os constituintes se vangloriam de haver ampliado as liberdades individuais e os direitos sociais, e nesse ponto merecem o nosso reconhecimento. Mas é preciso ter a coragem de dizer que essas decantadas "conquistas do povo brasileiro" não são o essencial no momento. O fundamental — e que não foi feito — é reorganizar o Estado e realizar a grande modernização de que carece: a criação de um Poder Público incumbido de planejar o futuro. O indispensável é criar um Poder separado da administração ordinária dos negócios e livre das pressões políticas e econômicas do curto prazo; um Poder dotado de competência técnica e de legitimidade social; um Poder não subordinado ao governo nem ao Congresso, e capaz de impulsionar as grandes políticas públicas, condensadas num só programa — o desenvolvimento econômico e social do país.

Fora disso, os melhores esforços constituintes terão sido, como disse o desconsolado Simon Bolívar perante a ingovernabilidade latino-americana, um louco trabalho de "arar em el mar".

FÁBIO KONDER COMPARATO, 50, advogado, doutor pela Universidade de Paris (França), é professor titular de Direito Comercial na Faculdade de Direito da USP.

A democracia moderna, do tipo ocidental, pode ser vista como a resultante histórica de dois grandes processos. De um lado,



o progressivo enraizamento das instituições representativas, isto é, a contínua prática da disputa eleitoral e da atividade parlamentar. De outro, a crescente integração da população a uma economia industrial moderna, com a concomitante desconcentração da renda, dos privilégios de status e do poder privado decorrente de determinadas formas de propriedade. Num prisma abrangente, que remonte aos anos 30 deste século, parece claro que o Brasil já percorreu boa parte deste caminho. Tivemos nesse período quase 50 anos de significativo crescimento econômico, com a consequente emergência da sociedade urbana. Na esfera política, avanços substanciais foram logrados pela Revolução de 1930, que ampliou o sufrágio e aperfeiçoou consideravelmente os procedimentos eleitorais. A ditadura getulista (1937-1945), e o clima ideológico da época, marcadamente autoritário, não impediram que novos avanços fossem feitos no período seguinte, sob o regime da Constituição de 1946. O próprio ciclo militar iniciado em 1964 viu-se após alguns anos diante do dilema de manter-se petrificado por mais tempo ou retornar gradualmente à forma democrática convencional, obviamente mais compatível com a complexidade econômica e social já alcançada e com a situação internacional do país.

O reconhecimento desses avanços já feitos é às vezes dificultado por certos traços de nossa cultura política, cuja análise não caberia nos limites deste artigo. Devemos também assinalar, ainda nessa perspectiva de longo prazo, que a "consolidação" democrática, num país como o nosso, não pode ser entendida como um estado estacionário, e sim como um movimento, um equilíbrio dinâmico entre aqueles dois processos referidos no início. Não somos nenhuma Suíça. Estabilidade, entre nós, será por muito tempo a estabilidade do próprio movimento rumo à uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e ao aperfeiçoamento das práticas representativas.

O que se tem em vista, com a pergunta formulada, não é a estabilidade democrática propriamente dita, mas o simples respeito às regras constitucionais de devolução do poder. A estabilidade democrática somente viria com a efetiva soberania popular e o completo respeito aos direitos humanos, coisas que nunca existiram entre nós.



A preocupação subjacente parece ser com a capacidade de a nova Carta Constitucional afastar o perigo de um golpe militar. A indagação, assim entendida, só cabe responder, sensatamente, pela negativa. Não é apenas a obviedade de que um texto constitucional, ainda não correspondente aos costumes e à convicção geral do povo, não pode deter movimento algum, armado ou desarmado. É também o fato mais abrangente das grandes transformações sócio-econômicas que sofre o país, por baixo da carapaça jurídica e da fachada institucional.

O Brasil vem experimentando há quase dez anos, ou seja, por desagradável coincidência, desde o início do processo de desligamento ostensivo dos militares dos centros de poder, uma agravação do subdesenvolvimento, consistente em desaceleração econômica e desarticulação social. Nas quatro décadas transcorridas desde o início da última guerra mundial até o final dos anos setenta, o nosso PNB cresceu num ritmo médio de 7% ao ano e a produção industrial em 8%. Apenas em quatro desses 40 anos, a taxa de crescimen-

Da inevitabilidade da democracia

CLAUDIO LEMBO

e não foi diferente nesta "Nova República", que ingressou na terceira idade sem jamais transitar pela juventude.

Acontece que, apesar de todos os equívocos, a atual fase da política brasileira permitiu, graças a liberdade de expressão do pensamento, à sociedade a busca de saídas para suas angústias seculares.

O Plano Cruzado, com seu enorme custo financeiro e social, é exemplo acabado de equívoco da "Nova República" que, paradoxalmente, deu certo. Deu certo por caminhos reflexos. A criação da nova moeda e a intervenção irracional na economia, por parte do governo, resultou em uma guerra perdida. Perderam os generais da economia e, como em toda guerra moderna, sofreu a população civil.

Cada cidadão percebeu, após a empolgação inicial, que se tornou mais pobre. Nunca uma sociedade aceitou, tão passivamente, a ruptura das leis da economia como a brasileira no ano de 1986. Meteram a mão no bolso do cidadão e poucos gritaram.

Mas, a passividade registrada, no decorrer do processo do Plano Cruzado, deu origem a um ceticismo exemplar. Acontece que o ceticismo é criativo. Ao contrário do ufanismo ingênuo, o ceticismo dá origem a um posicionamento crítico e este, por sua vez, permite o avanço da democracia.

O regime democrático se funda, acima de tudo, na possibilidade do exercício contínuo da crítica por parte de todos os cidadãos, particularmente por seus representantes nos parlamentos e instrumentos de comunicação.

Só o ceticismo, em sua vertente crítica, possibilita a geração de múltiplas vontades que, criando o conflito, dão origem ao equilíbrio, indispensável para preservação da democracia.

O surgimento de um sentimento crítico e a explosão de pluralismo de vontades, canalizadas para uma infinidade de entidades, gera condições excepcionais para a preservação da mesma democracia.

Não há condições de se impor comando férreo sobre tantas vontades

des conflitantes, hoje existentes na sociedade brasileira. Será quase impossível a outorga de uma ordem sem consenso. Quando as sociedades se tornam complexas e multifacetadas, como acontece com a brasileira, em período extremamente curto de tempo, só existe uma possibilidade de se manter a lei e a ordem. É mediante a preservação das instituições e intermediação dos conflitos inevitáveis.

Só os tolos ou maliciosos podem admitir que, para a solução dos problemas nacionais, o falso remédio se encontra em saídas autoritárias. Não há autoritarismo que resista, quando imposto sobre uma sociedade com o contingente populacional da brasileira. O autoritarismo, nestas condições, leva a explosões incontroláveis e a insatisfações irresponsáveis.

É inevitável. O Brasil tem vocação de grandeza e a grandeza, para ser universal, exige democracia.

CLAUDIO LEMBO, 53, membro do PFL-SP, é secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo.

Se fosse possível Voltaire conhecer o Brasil contemporâneo, certamente o seu Cândido seria aprimorado. Nada mais parecido com a temática desta obra do pensador francês do que a atualidade brasileira. De um lado, otimistas inveterados. Por outra parte, pessimistas irreversíveis.



Não há, contudo, motivo para cinismo amargo ou para euforia desmedida. Existem, neste momento, temas para muita preocupação e maior confiança no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos.

A sociedade brasileira sempre foi objeto de condução. Nunca se dirigiu por si e por sua vontade escolheu caminhos. As figuras salvadoras e redentoras tiveram presença constante. Um pequeno risco de ruptura, na fictícia harmonia social, em mero passe de mágica, surge, de pronto, o eterno messianismo para oferecer estreitas veredas e impor soluções pré-estabelecidas. Foi sempre assim